



# Anais da Assembléia

Nº 89

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 01 DE JULHO DE 1993.

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado DUÍLIO GENARI  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB – 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Sales Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.  
• SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 65.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 1993  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO N.<sup>o</sup> 2286/93

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 01.07.93, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) ROSSONI

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.<sup>o</sup> 238/93

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a necessidade de se atingir a isonomia salarial entre os Poderes do Estado, expressa nas Constituições Federal e Estadual,

R E S O L V E:

1 - A remuneração paga aos Senhores Deputados em maio de 1993, fica inalterada até julho de 1993.

2 - A partir de 1.<sup>o</sup> de agosto de 1993, a remuneração passará a ser reajustada pelos mesmos índices gerais concedidos aos servidores públicos estaduais, atendido o teto estabelecido pela Emenda Constitucional n.<sup>o</sup> 1, de 31 de março de 1992.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(aa) ORLANDO PESSUTI

ANIBAL KHURY

DIRCEU MANFRINATO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 2459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.<sup>o</sup> do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 2459-0

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Comissão Geral de Plenário, para apreciação dos seguintes Projetos: 320/93, de autoria do Deputados, Renato Adur, Heinz Herwig e outros e 321/93, de autoria dos Deputados, Orlando Pessuti, Heinz Herwig e outros, além dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 118 e 229/93.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: Edson Silva Lino, Oswaldo Trevisan, Nereu Alves de Moura, Renato Adur, Domingos Carvalho, João Iensen, Nelson Garcia, Cleiton Kielse, Alceu Swarowski, Luiz Henrique Bona Turra, Duílio Genari, Costenaro Neto, Eurides Moura, José Arthur Ritti, Arlindo Troian e Geraldo Cartário.

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 2465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER autorização desta Casa para, na condição de presidente da Comissão Permanente de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, realizar viagem oficial a Brasília, para inteirar-se da nova Lei de Licitações recentemente aprovada pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 2459

Senhor Presidente.

O Presidente da Comissão Parlamentar Temporária sobre Importação de Gás Natural, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a prorrogação por 90 (noventa) dias para que possamos concluir os trabalhos relativos a referida Comissão.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) ERNANI PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a complexidade da matéria relativa à importação de gás natural e, ainda nos faltarem informações a serem coletadas, bem como posicionamento do governo argentino e técnicos da Petrobrás, é que solicitamos a prorrogação da referida Comissão.

#### REQUERIMENTO N° 2459-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor César Alcides Frizzo, ocorrido nessa madrugada do dia 01 de junho, no município de Paranaguá-Pr.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

A cidade de Paranaguá, teve sempre uma participação das mais brilhantes no cenário esportivo do Estado, não só através das equipes do Rio Branco Sport Clube, e do Clube Atlético Seletto, mas também de nomes, entre os quais citamos o de César Alcides Frizzo, que nessa madrugada veio a falecer naquela terra.

Participando da vida parnanguara, César Frizzo, chegou com meritos à presidência da Liga de Futebol de Paranaguá, onde durante mais de 15 anos, exerceu com dedicação e muito empenho esse espinhoso cargo. Em todas as atividades esportivas de Paranaguá, ele sempre teve atuação de destaque, e sua ação integrando-se à Comunidade foi ampla, já que contraiu matrimônio, e ali nasceram também seus filhos e netos, todos identificados com a vida de

Paranaguá.

O esporte amador e a própria sociedade daquela cidade estão de luto com o falecimento desse grande desportista, e assim solicitamos que seja enviada correspondência para a Senhora Dorli Alves Frizzo e familiares; o nosso voto de pesar, aprofundando as nossas condolências, pelo falecimento de César Alcides Frizzo.

#### REQUERIMENTO N° 2459-D

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Nadir Silva Castro, ocorrido em Curitiba no final de junho passado.

O Professor Silva Castro, formado em Engenharia Florestal, tornou-se mais tarde professor da mesma Universidade Federal do Paraná onde se diplomou, lecionando as disciplinas de Polpa e Papel, Química da Madeira no cursos de Graduação de Engenharia Florestal; Pós-Graduação de Engenharia Florestal, antes de se aposentar. Ultimamente estava dedicado à implantação da Universidade do Contestado, em Canoinhas, Santa Catarina.

Dotado de energia e dinamismo, o professor Silva Castro também militou no PTB de Curitiba, tendo sido candidato a Vereador e exercido funções relevantes nas Zonais Curitibanas da agremiação trabalhista. Seu passamento deixa uma lacuna na vida cultural e partidária paranaense, sendo de justiça o registro de sua atuação na memória dos paranaenses; ademais das homenagens que lhe estão sendo prestadas como mestre emérito de nossa UFPR.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 2460

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo do Paraná votos de congratulações ao grupo de vinte e dois voluntários, coordenados pela psicóloga Eliane Ribas, pela pedagoga Rosângela Barbosa e pela enfermeira Roseane Maria Vanzo, que vêm prestando serviços à Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Um grupo de vinte e dois voluntários, em sua maioria inativos e aposentados do Instituto de Previdência do Estado, IPE, coordenado pela psicóloga Eliane Ribas, pela enfermeira Roseane Maria Vanzo e pela

pedagoga Rosângela Barbosa vêm prestando nos últimos seis meses, apoio moral e espiritual aos paciente e seus familiares, na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

O trabalho, segundo as próprias coordenadoras, é movido pela necessidade de se deixar de lado o imobilismo e as críticas que não sejam seguidas de um ato concreto para mudar o que está errado na sociedade brasileira. E o grupo faz isso exatamente através do trabalho voluntário em prol daqueles que mais necessitam, junto à Santa Casa de Misericórdia de nossa Capital.

A atividade desses voluntários não deve apenas ser louvada e apoiada por esta Casa e por toda a sociedade, como principalmente servir de modelo para que outras iniciativas tomadas visando o auxílio à população carente em qualquer aspecto.

#### REQUERIMENTO N° 2461

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná votos de congratulações ao Cabo Luis Sirlei Sardinha, do Corpo de Bombeiros do Paraná, pela conquista do primeiro lugar no Certame Internacional de Fotografia Bombeiro de Ouro de 1993, realizado na Espanha.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Profissional reconhecido pela sua dedicação profissional, o cabo do Corpo de Bombeiros do Paraná, Luiz Sirlei Sardinha coloca, também, seu talento e sensibilidade a serviço da arte da fotografia. Assim, consegue registrar momentos quase inacreditáveis do exercício profissional do bombeiro.

Esse trabalho foi reconhecido no Certame Internacional de Fotografia Bombeiro de Ouro de 1993, realizado em maio deste ano na Espanha, que lhe conferiu o primeiro lugar entre todas as fotografias avaliadas pela comissão julgadora. A foto premiada anteriormente já havia recebido destaque em concurso realizado no Japão.

Este requerimento quer ser, então, uma simples homenagem deste Poder a um bombeiro que combina coragem e talento para fazer da profissão uma arte e da arte uma profissão.

#### REQUERIMENTO N° 2461-A

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

Curitiba, quinta, em 01.07.93

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná votos de congratulações à diretoria eleita do Rotary Club de Pinhais para o biênio 93/94.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

#### JUSTIFICATIVA:

É sempre importante destacar a importância da atividade dos clubes de serviços em nosso país que, a exemplo do Rotary, desenvolvem campanhas e realizam atividades dirigidas à promoção social e à conscientização da população sobre os mais diversos assuntos.

Em Pinhais essas atividades continuarão sendo promovidas, agora, sob a direção das seguintes personalidades:

- |  |                             |
|--|-----------------------------|
| Presidente:                                | Ives Fonseca da Silva Neto. |
| Vice-Presidente:                           | Júlio A. Wetzel.            |
| 1 <sup>a</sup> Secretária:                 | Betina Friebe.              |
| 2 <sup>a</sup> Secretária:                 | Cleusa de Oliveira Wetzel.  |
| 1° Tesoureiro:                             | Gerson Luis do Bonfim.      |
| 2° Tesoureiro:                             | Antonio de Jesus M. Ottim.  |
| 1° Protocolo:                              | Valdir Erlo de Alexandre.   |
| 2° Protocolo:                              | Giovana Cino Meinschmiedt.  |
| Diretor Comissão de Serviços Internos:     | Marjorie Hilária Geiger.    |
| Diretor Comissão de Serviços à Comunidade: | Cesar Kulpa.                |
| Diretor Comis. de Serviços Profissionais:  | Fernando R. Neves Moraes.   |
| Diretor Comis. de Serviços Internacionais: | Angel Miranda.              |

Pelos nomes apontados, da maior seriedade e representatividade na comunidade de Pinhais, temos certeza de que está assegurada uma gestão de muito êxito e grandes realizações para aquela seção do Rotary Club.

Que este requerimento represente exatamente os votos do Poder Legislativo de um trabalho profícuo para os novos diretores e o apoio às realizações do Rotary Club de Pinhais.

#### REQUERIMENTO N° 2466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela posse da nova Diretoria do Rotary Club de Manoel Ribas, eleita para o período de 93/94.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às pessoas abaixo citadas:

S. Willi Schweigert (Presidente)

Dilson Bottega (Vice-Presidente)  
Sérgio Zanetin (Secretário)  
Vladimir Ferreira Araújo (Tesoureiro)  
Valentin Darcin (Diretor Protocolo)  
Sala das Sessões, em 01.07.93.  
(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 2459-F

Senhor Presidente.

O Deputado Domingos Faustino de Carvalho, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a titularização dos imóveis rurais objetos de posse no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

Existem em nosso Estado milhares de proprietários rurais, por exemplo, 400 aproximadamente no Município de Castro, que detém a posse de imóvel rural na qualidade de proprietários e no entanto não possuem o título hábil para registrá-lo no Registro de Imóveis da respectiva Comarca. Muitos detém a posse há mais de 50 anos, já que transmitida de pai para filho.

É urgente, que o Estado do Paraná, através o competente órgão, faça a regularização desses imóveis rurais em situação de posse, pois pela via judicial da ação de usucapião o custo processual é muito alto, e a maioria desses proprietários não tem condições financeiras de pagar as custas do processo e demais encargos decorrentes da ação.

Por outro lado, até para cumprir promessa de campanha, regularizando-se a propriedade rural que ainda não está registrada no respectivo Registro de Imóveis, dar-se-á acesso aos respectivos proprietários aos órgãos financeiros, quer público, quer privado, e, por via de consequência, o aumento da produção agrícola em nosso Estado. Ressalte-se que a maioria dos proprietários já possui o mapa topográfico e o memorial descritivo da área de posse.

Por fim, em atendendo o Poder Executivo o contido no presente requerimento, estará prestando relevante serviço público para aqueles que possuem imóvel rural como se proprietários fossem, mas que não têm o competente título a fim de registrá-lo no Registro de Imóveis.

## REQUERIMENTO N° 2459-E

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ministro de Minas e Energia,

Deputado Federal Paulino Cícero, reivindicando a permanência do Senhor Francisco Naylor Coral, na função de Delegado Regional do Ministério de Minas e Energia.

Este apoio decorre do desempenho e competência que faz o geólogo e funcionário Francisco Naylor Coral destacar-se na liderança dos esforços para o aproveitamento do potencial energético e de mineração do Paraná, em especial apoiando a exploração das jazidas de chumbo, fluorita e calcário, situadas no Vale da Ribeira, como também de outras jazidas espalhadas no Estado do Paraná.

Cumpra ressaltar ainda que, constatadas modificações nas chefias dos cargos administrativos, não consulta ao interesse público, em especial na delicada fase de reconstrução que o Brasil atravessa.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO N° 2467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente à FUNDEPAR (Fundação Educacional do Estado do Paraná), solicitando sejam construídas mais 8 (oito) salas de aula e uma sala para cantina e uma para biblioteca, ampliando a Escola Santa Luzia, Ensino de 1° Grau, no Bairro Santa Luzia, Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

## JUSTIFICATIVA:

Residem neste bairro, mais de 500 (quinhentas) famílias e um número de crianças, em idade escolar, superior a 700 (setecentas). Existem somente 2 (duas) salas de aula para atendimento destas, considerando ainda que, estão sendo concluídas mais 75 (setenta e cinco) casas.

Salienta-se que, o Bairro Santa Luzia foi construído distante da sede do Município e de outros bairros de Dois Vizinhos, sendo impossível portanto, o deslocamento das crianças até outra escola.

## REQUERIMENTO N° 2459-H

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja transcrito em ata dos anais desta Casa, cópia integral do artigo anexo, de autoria do empresário ABRÃO JOSÉ MELHEM, presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná e que foi publicado na edição do último dia 25 de junho passado, no Jornal Indústria & Comércio.

Trata-se de uma análise lúcida, séria, revelando preocupação com distorções que vêm se verificando na comercialização de

produtos importados, em prejuízo dos comerciantes estabelecidos legalmente, numa concorrência desleal e negativa, patrocinada na maioria das vezes pelo próprio Governo.

Solicitamos mais, que se dê ciência à citada entidade, deste gesto desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 334/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "post mortem" ao Senhor Chaim Leib Boiko.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

Nasceu na Polônia, em 13 de fevereiro de 1.931. Filho de Moysés Jowel Boiko. Faleceu, em Curitiba, no dia 28 de março de 1.993. O seu sepultamento foi realizado no Cemitério Israelita de Santa Cândida. Era casado com Regina Sinder Boiko e deixou dois filhos: Silvia Boiko Saltz, casada com Ben Ami Saltz e Sérgio Sinder Boiko, casado com Nair Santos Boiko, deixando também quatro netos.

Atuou durante 42 anos no ramo de jóias e relógios, sendo um dos pioneiros em Curitiba, através da Joalheria Boiko Ltda, e após, com grande expansão através da Empresa "TIC TAC Jóias e Relógios", atividade de que o levou ter alto conceito no Paraná e em vários Estados do Brasil, sempre elevando o nome do Estado do Paraná.

Chaim Leib Boiko, sempre foi uma pessoa muito respeitada e querida em todos os segmentos da sociedade. Foi Presidente da ARJEP - Associação dos Relojoeiros e Joalheiros do Estado do Paraná, sendo o seu trabalho frente à entidade de classe, reconhecido por todo o ramo. Promoveu, com grande sucesso, o 10° Encontro Nacional das Associações de Joalheiros, em Curitiba, evento este, que obteve repercussão nacional e internacional, projetando Curitiba e o Estado do Paraná. Foi membro do CDL - Clube dos Diretores Lojistas de Curitiba. Foi membro da Maçonaria em Curitiba. Foi um dos empresários pioneiros na utilização da informática, principalmente na Associação Comercial do Paraná, entidade da qual todas as suas empresas são associadas. Foi membro com Grau de Comendador da Associação da Boca Maldita de Curitiba, entidade de renome nacional nos

Curitiba, quinta, em 01.07.93

meios empresariais e políticos. Foi membro integrante da coletividade israelita, etnia presente em nosso Estado há mais de 100 anos. Integrou os quadros das entidades israelitas Benéficas e Religiosas Chevra Kadisha, sendo emérito colaborador de várias entidades de assistência a necessitados em Curitiba.

Imigrante, brasileiro naturalizado, amava o Brasil, o Paraná, Curitiba, e sua gente. Deixou uma grande contribuição e exemplo ao Paraná, que será, sem dúvida, seguido por seus sucessores.

PROJETO DE LEI N° 335/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids - ALIA, com sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.07.93

(a) EMILIA BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretende ser declarada de Utilidade Pública, Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids - ALIA, com personalidade jurídica desde 29/08/89, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Livro "A-3", fls. 24, inscrição sob n° 2225, tem por objetivo promover o desenvolvimento de atividades científicas e sociais, visando a prevenção e o combate à Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida (AIDS).

PROJETO DE LEI N° 336/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública no Estado do Paraná o Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Família, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.07.93

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Desenvolvimento e Apoio Social à Família é uma Associação civil de caráter cultural e sócio-político, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Curitiba.

O Instituto tem como objetivos a contribuição para o avanço democrático, para o desenvolvimento cultural, social e político do Estado do Paraná. Procura colaborar com instituições públicas e privadas,

no desenvolvimento e incentivo às atividades que venham atender as necessidades e anseios da família, visando a educação, formação e desenvolvimento pleno do ser humano. Possui também o objetivo de elevar a consciência da família na sociedade organizada, em especial, os movimentos sociais e populares na defesa de direitos coletivos e individuais da pessoa humana, com interesse à manutenção de segurança, saúde, educação, habitação, saneamento básico, meio ambiente e lazer, promovendo congressos, encontros, simpósios, conferências, reuniões, círculos de estudo, palestras e outras de natureza social, cultural e educacional.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, ao Projeto de Lei que ora apresentamos por se tratar de medida justa e meritória, pois a entidade atende a todos os requisitos determinados pela Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, norma esta, que estipula regras para Declaração de Utilidade Pública do Estado do Paraná, a sociedades civis.

PROJETO DE LEI Nº 337/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim das Hortências, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.07.93

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim das Hortências, é uma entidade civil, de tempo de duração indeterminado, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande, e possui os objetivos de lutar pelos interesses comunitários, desenvolver programas beneficentes, preventivos, culturais, profissionalizantes e de natureza social de um modo geral. Presta assistência aos necessitados, como também assistência jurídica a seus associados.

A Entidade luta pela preservação da natureza e meio ambiente, promovendo a auto-determinação do ser humano, através de suas participações na organização, e melhoria da sociedade de Fazenda Rio Grande.

A iniciativa legislativa, vem revestida de pleno cunho de interesse público, pois a entidade, objeto da presente proposição, vem desempenhando atividades em prol da coletividade de Fazenda Rio Grande, sendo que a proposta atende a todos os requisitos da Lei nº 6.994, de 1º de ja-

neiro de 1978, Lei Estadual que normatiza a matéria de declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, ao Projeto de Lei que ora apresentamos, por se tratar de medida justa e meritória.

PROJETO DE LEI Nº 338/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Chapéu do Sol, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.07.93

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário do Chapéu do Sol, fundada em 16 de maio de 1986, entidade civil, sem fins lucrativos, tem por finalidade promover o desenvolvimento comunitário, através da realização de obras e melhoramentos, bem como atividades culturais, econômicas, assistenciais e desportivas.

A proposta de declaração de Utilidade Pública a esta Associação, vem reconhecer o esforço de pessoas destinadas à realização de um trabalho harmônico e integrado, propiciando o bem-estar à coletividade.

Sendo assim, propomos o referido Projeto de Lei, contando com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente.

Horário das Lideranças.

(Todas declinam).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre à mesa, Ofício nº 2286/93 subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 01 do corrente mês, em virtude de compromissos inadiáveis em sua região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento nº 2465 de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente, solicitando autorização da Casa na condição de Presidente da Comissão Permanente de Obras Públicas, Transportes

e Comunicações, para realizar viagem à Brasília para inteirar-se da nova Lei de Licitação recentemente aprovada pelo Congresso Nacional. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 3 (três) de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/93, fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores da Administração Direta e Autárquica, e o reajuste geral do Funcionalismo Estadual no mês de julho de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. E EMENDA DA C.F. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECERES FAVORÁVEIS ÀS EMENDAS 01, 02, 03 E 04.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 287/93  
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

Encontra-se em condições de ser apreciado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93  
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 287/93  
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

Encontra-se em condições de ser apreciado em Plenário.

Curitiba, quinta, em 01.07.93

E o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 287/93  
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

Encontra-se em condições de ser apreciado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 287/93  
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 04

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

Encontra-se em condições de ser apreciado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Peço a atenção dos Srs. Deputados, tendo em vista que temos substitutivos, projetos e emendas. Vamos colocar em votação o substitutivo. Se rejeitado o substitutivo, considerar-se-á aprovado o projeto e posteriormente apreciaremos as emendas de Plenário.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Só um esclarecimento: então a votação do substitutivo e do projeto não prejudica as Emendas?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não. Nós votaremos o Substitutivo. Se aprovado, estará evidentemente rejeitado o Projeto na forma original. E, em seguida, as Emendas de Plenário. É o Substitutivo da C.C.J.

Em discussão o Projeto, o Substitutivo e as Emendas. Em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Está Rejeitado o Substitutivo e Aprovado o Projeto.

Em votação a Emenda da Comissão de Finanças.

Está já derrotada, porque é Emenda ao Substitutivo.



Em votação a Emenda de Plenário n° 1 de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que também está prejudicada, tendo em vista a rejeição do Substitutivo.

Em votação a Emenda de n° 2 de Plenário, do Deputado Paulo Maia e Deputada Emilia Belinati. É uma Emenda Substitutiva Geral ao Projeto, já aprovado em 2.<sup>a</sup> Discussão.

Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Acho que a questão é colocada de uma forma bastante clara, a respeito desta questão que trata da concessão de autorização ao Poder Executivo para legislar na questão do reajuste dos servidores públicos.

Quando fizemos a referida Emenda, nos preocupamos com a prerrogativa que a Casa deve ter, em relação à tabela de vencimentos dos servidores. Temos a certeza e estamos convictos de que o mínimo que esta Casa deve ter é conhecimento das propostas de reajuste que o Governo deve repassar ao funcionalismo.

Não se conheceu na época da aprovação da isonomia e não se conheceu, também, quando do último reajuste do funcionalismo, quais eram os valores propostos, quais eram as diferenciações, qual a proposta que se estava pretendendo para a política salarial do funcionalismo do Estado do Paraná.

No momento em que esta Casa repetir o que fez o ano passado, dando ao Governo autorização, por decreto, sem o conhecimento da Casa, dos reajustes, temos certeza de que estão se perdendo, até, as razões da existência do trabalho dos Senhores Deputados.

A nossa Emenda objetiva fazer com que os reajustes sejam dados nas formas pelas quais o Governo está propondo, mas que as tabelas sejam feitas através de projeto de lei, que será submetido à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Não fica, apenas, na dependência do Governo do Estado, por decreto fazer o que ele bem entender com o reajuste do funcionalismo público.

Queremos crer que esta prerrogativa da Assembleia Legislativa não pode ser dada, como se dá um cheque em branco, para o Governo legislar nesta questão, que ainda é uma das poucas que se toma conhecimento nesta Casa.

Por isso, defendemos a necessidade de que toda proposta de reajuste deve ser feita em cima das possibilidades óbvias do Governo, mas com o conhecimento e com votação, por lei, através da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação a Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Deputado Paulo Maia e Deputada Emilia Belinati.  
Está rejeitada a Emenda.

O SR. PAULO MAIA - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá a verificação de votação. Solicito aos Srs. Deputados que permaneçam sentados nos locais apropriados.

Deputados que são favoráveis à emenda substitutiva geral de Plenário, Deputado Paulo Maia e Emilia Belinati, queiram levantar-se. Doze Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Dezenove rejeitam.

Está rejeitado.

Em votação a Emenda n° 03 de Plenário, autoria Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

A emenda que apresentamos ao projeto do Poder Executivo, se houver a devida atenção, compreensão e sensibilidade desse Plenário ver-se-á que se trata na verdade de uma das ações mais importantes que o Poder Legislativo do Estado fará no sentido de reestabelecer a paz e a boa convivência entre os vários Poderes do Estado; e mais do que isso, essa emenda significa o resgate que o Poder Legislativo fará a uma dívida que tem para com o conjunto do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Digo isso por quê? Essa Emenda inclusive faz a devida cobrança de uma dívida que também tem o Poder Executivo para com a Assembleia Legislativa do Paraná. Quando votamos aqui a Lei de isonomia salarial, quando votamos aqui a paridade de vencimento entre os membros dos três Poderes do Estado, no acordo com o Governo do Estado que havia sido assumido o compromisso que o Executivo adotaria uma política salarial para o Estado do Paraná. O que a nossa emenda faz na verdade é ir além da preocupação, esposada pelo Deputado Paulo Maia com a emenda da Bancada do PDT e estabelece critérios para a correção do salário do conjunto de servidores do Estado do Paraná.

Vejam os Senhores que prevemos à nossa emenda de que o Poder Executivo fica obrigado por lei a conceder reajustes bimestrais ao funcionalismo, reajustes esses correspondentes ao INPC acumulado nos dois meses em questão. Estabelecemos também que mensalmente, ultrapassando-se a inflação, o percentual de 20% haverá também um gatilho salarial para o conjunto do funcionalismo, que é o mecanismo de proteção à escalada inflacionária que corrói o salário

dos funcionários.

A nossa proposta portanto, prevê o zerramento da inflação a cada dois meses e o mecanismo de proteção parcial aos salários, pelo menos mensalmente enquanto os índices de inflação superiores a 20%.

No artigo 4º, também ampliamos a Mensagem Governamental que prevê a incorporação do abono dado aos professores e colocamos aqui também a incorporação do abono dado pela Lei aprovada, no mês passado pela Assembléia Legislativa, que estabeleceu o piso de seis milhões e 300 para o conjunto do funcionalismo.

Essa incorporação do abono, Sr. Presidente e Srs. Deputados é fundamental porque permite, exatamente, que o Poder Executivo não possa conceder reajustes apenas sobre uma parte do salário, sobre uma parte do piso salarial dos funcionários públicos mas que seja concedido os aumentos sobre o conjunto do piso salarial.

A nossa emenda prevê também que a tabela e a modificação que o Poder Executivo pretende fazer no Estado do Paraná, seja enviada ao Poder Legislativo para a devida análise. Ela resgata a nossa prerrogativa da qual não podemos abrir mão conforme está sendo requerido no projeto do Governo. O que é fundamental.

Peço a atenção dos Srs. Deputados para o art. 6º da nossa emenda. O Governo do Estado quando se negou a aplicar e implantar uma política salarial no Estado do Paraná, alegava que a adoção de uma política salarial poderia estourar as finanças do Estado, fazendo com que os gastos com pessoal e encargos sociais ultrapassassem até mesmo a capacidade de arrecadação do Estado.

No artigo 6º introduzimos um mecanismo que, no nosso entendimento, é o caminho para a adoção de políticas salariais para o conjunto das instâncias de Poder neste País, porque ela resguarda e preserva a capacidade de pagamento do tesouro do Estado.

A emenda ao artigo 6º, diz, claramente que o reajuste bimestral e o gatilho salarial estão condicionados ao limite de 65% das receitas correntes do Governo Estadual. Isto significa que, de um lado tem o governo - com a nossa proposta, a obrigação e a determinação legal de conceder reajustes bimestrais e gatilho salarial quando for o caso. Mas tem, ao mesmo tempo, a proteção do dispositivo do art. 6º que prevê que caso esses reajustes ultrapassem ao percentual de 65% da receita corrente no Estado, o Estado dará o reajuste até o limite de 65%, ficando o saldo remanescente para ser aplicado no mês seguinte. Com isso nós, inclusive, atendemos, a principal e justa reivindicação do Poder Judiciário que hoje se debate contra

Curitiba, quinta, em 01.07.93

o Poder Executivo exigindo que tenha um mecanismo de correção dos vencimentos do conjunto do funcionalismo e dos membros do Judiciário e que este mecanismo não esteja condicionado à vontade do Governador, mas sim é um critério fixado em Lei.

Esta proposta que estamos apresentando, se V. Exas. tiverem sensibilidade política, irão perceber que é um mecanismo interessante, inteligente e fundamental e que é inclusive uma dívida que o Poder Legislativo tem para com o conjunto do funcionalismo e é a nossa maior contribuição para a pacificação da luta entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

Está em nossas mãos a possibilidade de criarmos pela primeira vez na história deste Parlamento uma política salarial, que seja ao mesmo tempo justa e exequível.

E esta é uma lei Senhores Deputados, que não tem cunho demagógico, porque ela salvaguarda os interesses do Estado e da sociedade, ao mesmo tempo em que cria o direito ao conjunto do funcionalismo de ter os seus vencimentos corrigidos nos índices da inflação. Sabemos que essa Casa tem sistematicamente em sua maioria, homologado as decisões do governo e a vontade do governo estadual. Infelizmente muitos dos Senhores Deputados, principalmente da Bancada da maioria, ainda não se deu conta de que apoio ao governo não significa subserviência. A maioria ainda não se deu conta de que mais importante do que dar sustentação a um governo, está a nossa obrigação de preservar as prerrogativas e as obrigações que tem esse Poder para com a sociedade paranaense.

Eu chamo a atenção aqui dos Senhores Deputados: que façam surgir aqui hoje nesta Casa, a mesma manifestação de rebeldia, o mesmo espírito guerreiro, a mesma determinação com que se impôs a retirada dos Deputados, do projeto de isonomia, esta mesma manifestação seja agora adotada com relação ao conjunto do funcionalismo estadual. Esta é uma dívida que nós temos e eu tenho a certeza de que a maioria dos Deputados desta Casa, há de compreender o alcance que essa proposta que a Bancada do Partido dos Trabalhadores fez para todo o Estado do Paraná. Eu vou mais além.

A aprovação desta emenda nossa, irá colocar o Estado do Paraná na vanguarda em todo o país como sendo a primeira vez que se cria uma política salarial para o conjunto do funcionalismo e que pode, pela nossa fórmula, ser exequível, absorvida e sem criar embaraços e problemas para o conjunto do governo estadual.

Eu peço portanto, aos Senhores Deputados, que manifestem a sua independência, que defendam as prerrogativas desse Poder, que resgatem a dívida que temos para com o

conjunto do funcionalismo e que adotem uma atitude firme de pacificação nos conflitos que existem hoje entre os Poderes do Estado do Paraná.

É isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Emenda n° 3 ao Projeto 287/93 de autoria do Deputado Ernani Pudell.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Os que forem contrários se levantem.

Está rejeitada a emenda.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu peço verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à Emenda queiram levantar-se.

Doze Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte rejeitam.

Está rejeitada.

Em votação a Emenda n° 4 de plenário de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Está rejeitada a emenda.

O projeto não irá à terceira votação porque não foi aprovado nem o substitutivo e nem as emendas.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 289/93, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, autoriza o Poder Judiciário a conceder, mediante decreto judiciário, no mês de julho de 1993, reajuste de vencimentos dos seus servidores, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F.. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. ÀS EMENDAS 01, 02 e 03.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA N° 1 DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI N° 289/93

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

Encontra-se em condições de ser apreciado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA N° 2 DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI N° 289/93

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

Encontra-se em condições de ser apreciado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA N° 3 DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI N° 289/93

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

Encontra-se em condições de ser apreciado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

A Mesa informa, mais uma vez, que colocará em votação o substitutivo geral e posteriormente as emendas.

Os Srs. Deputados que aprovam o substitutivo geral permaneçam como estão. Os contrários se levantem.

Rejeitado o substitutivo geral.

Em vista da rejeição do substitutivo geral, a emenda n° 2 de autoria do Deputado Alceu Swarowski está prejudicada.

Está em votação a emenda n° 1, de plenário, de autoria dos Deputados Emilia Belinati e Paulo Maia.

Rejeitada.

O SR. PAULO MAIA - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa promoverá a verificação de votação a pedido do Deputado Paulo Maia.

(É feita a verificação de votação)

Doze Srs. Deputados aprovam. Dezenove rejeitam.

Está rejeitada.

Em votação a emenda n° 3, de Plenário, do Deputado Alceu Swarowski.

Está rejeitada.

Em votação o projeto.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 290/93, de autoria do Procuradoria Geral de Justiça - Ofício n° 470/93, autoriza o Procurador-Geral de Justiça a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, nos mesmos parâmetros a serem adotados pelo Poder Execu-

tivo, cuja implantação será efetuada em até 3 (três) parcelas iguais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECERES FAVORÁVEIS ÀS EMENDAS 01 e 02.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA N° 1 DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI N° 290/93

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

Encontra-se em condições de ser apreciado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA N° 2 DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI N° 290/93

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

Encontra-se em condições de ser apreciado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

Estão em discussão o Projeto o Substitutivo e as Emendas

Está em votação o Substitutivo Geral. Rejeitado.

As duas emendas vão ser apreciadas porque são de projeto de lei.

Em votação a Emenda Substitutiva Geral n° 1, de autoria dos Deputados Emília Belinati e Paulo Maia. Está rejeitada.

O SR. PAULO MAIA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e faremos mais uma vez a verificação de votação a pedido do Deputado Paulo Maia.

(É feita a verificação de votação).

Dez Srs. Deputados aprovam. 21 Srs. Deputados rejeitam.

Está rejeitada a emenda n° 1.

Emenda n° 2, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Rejeitada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - ...votação o projeto. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

Curitiba, quinta, em 01.07.93

291/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Ofício n° 1242/93, autoriza o Tribunal de Contas, nos termos da Lei n° 10.331, de 09 de junho de 1993, promover ajustes nas tabelas de vencimentos de seus servidores, cuja implantação será efetuada em até 03 (três) parcelas iguais, de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Geral do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECERES FAVORÁVEIS ÀS EMENDAS 01 e 02.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA N° 1 DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI N° 291/93

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão não apresenta óbice constitucional. Opinamos pelo seu prosseguimento.

Encontra-se em condições de ser apreciado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA N° 2 DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI N° 291/93

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão não apresenta óbice constitucional. Opinamos pelo seu prosseguimento.

Encontra-se em condições de ser apreciado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
OSWALDO TREVISAN - Relator

Votação Substitutivo Geral. Rejeitado.

Em votação emenda n° 1. Rejeitada.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e fará a verificação de votação da emenda n° 1.

Em votação Emenda n° 1. Oito Deputados são favoráveis e 21 contrários. Rejeitada.

Em votação Emenda n° 2. Rejeitada.

Em votação projeto Aprovado por unanimidade.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 175/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que decreta doação de terreno de propriedade do governo à Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul - Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 183/93, de autoria do Deputado Ernani Puddell, que institui o Fundo Estadual de Moradia Popular, fixa diretrizes da Política Habitacional do Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 187/93, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a "Creche Maria Aparecida de Lima" com sede e foro no município de Campina da Lagoa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 298/93, de autoria do Deputado João Preis, que declara de Utilidade Pública o Conselho Regional da Hidrovia Paraná/Ivaí, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 304/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 038/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.618.378.000,00 (um bilhão, seiscentos e dezoito milhões, trezentos e setenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Colégio Estadual do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 305/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 037/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 160.722.000,00 (cento e sessenta milhões, setecentos e vinte e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 306/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 036/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.775.579.000,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e nove mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 307/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Of. n° 1241/93, que autoriza o Tribunal de Contas a reajustar, no mês de julho de 1993, o vencimento bá-

sico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 308/93, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 1240/93, que reajusta o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 205/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Residencial Buriti", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 210/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos da Vila Cândida", da Cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 211/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Avelino Piacentini". com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 216/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Itambé, imóvel de propriedade do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 223/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que denomina "Nestor Ananias da Cruz", o trecho da Rodovia Jaguapitã - Guaraci. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 221/93, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública as "Obras Sociais Nossa Senhora Aparecida", com sede e foro no Município de Primeiro de Maio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 237/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Fundação Torre Forte de Apoio ao Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - FADAEC. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 238/93, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a "Comunidade Cristã de Recuperação de Vida - CANAA", com sede nesta Capital". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 240/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a "Creche Quadrangular", com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 245/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a "Associação Comunitária Veneza", ACOVE - com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 247/93, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a "Creche Menino Jesus", com sede e foro na Vila Isabel, em Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 248/93, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que declara de Utilidade Pública o Centro de Promoção ao Menor "Nossa Senhora das Graças", com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 258/93, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal - APAE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 263/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Adrianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

268/93, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara utilidade a "A Associação de Pais e Amigos da Creche Esperança", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 273/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Terra Rica, mantenedora da Escola Especial Professora Alci Frauches Zanelato, com sede e foro à Avenida James Patrick Clark s/n, na cidade de Terra Rica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 018/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Parque Nossa Senhora das Graças, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 91, de 20.02.91).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 18/91

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, tendo atendido a diligências desta Comissão de Constituição e Justiça, cumprindo com o inciso IV, do artigo 1°, da Lei n° 6994, no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua normal tramitação até final de liberação pelo duto e soberano Plenário.

Portanto, recebe parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 174/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Ourizona e foro no município de Mandaquaru. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 45, de 10.05.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 174/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 174/93, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, que visa declarar de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Proteção a Maternidade e a Infância - APMI" com sede e foro no Município de Ourizona, do ponto de vista Re-

gimental e Constitucional, nada existe que impeça a sua normal tramitação neste Poder Legislativo, para sua posterior aprovação, ressaltando a necessidade de ser anexado o relatório das atividades referente ao exercício financeiro do último ano, sendo que o mesmo já foi solicitado verbalmente.

De acordo com comunicação feita por telefone ao Gabinete do autor do Projeto, o referido relatório já foi encaminhado pelo correio, sendo que até o momento não chegou a esta douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 203/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, modifica o artigo 1° da Lei Estadual n° 8.510, de 30 de junho de 1987. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 59, de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 203/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 203/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, modifica o Artigo 1° da Lei Estadual número 8510, de 30 de junho de 1987, adequando a nova denominação de entidade assistencial.

Nos estritos termos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices à normal tramitação da matéria nesta Assembléia Legislativa e sua apreciação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 222/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, dá nova redação ao artigo 1° da Lei n° 9.910, de 1° de março de 1992. Associação de Moradores do Conjunto Saturnino de Brito - AMCSB. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 9, de 01.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 222/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei n° 222/93, ora sendo analisado por esta Comissão, visa dar nova redação ao Artigo 1° da Lei n° 9.910, de 10 de março de 1992, que declarou de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Conjunto de Brito - AMCSB", passando a ter o citado artigo a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica declarada de Utilidade

Pública a Associação de Moradores do Conjunto Saturnino de Brito - AMCSB com sede e foro nesta Capital".

Não tendo sido encontrado óbice algum tanto de natureza legal, regimental ou constitucional, este relator emite o seu parecer FAVORÁVEL, a alteração pretendida.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 241/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, declara de Utilidade Pública a Jovens com uma Missão-Jocum, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 73, de 07.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 241/93

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 271/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, declara de Utilidade Pública Estadual a A.P.M.I. - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Inácio Martins. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 79, de 07.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 271/93

P A R E C E R:

O Projeto em tela, no âmbito desta Comissão, não apresenta óbice constitucional.

Opinamos pelo seu prosseguimento.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 294/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, declara de Utilidade Pública a Creche Santa Rita de Cássia, com sede e foro na cidade de Bandeirantes - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 84, de 24.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 294/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 294/93, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk que visa declarar de Utilidade Pública Estadual a Creche "SANTA RITA DE CÁSSIA", com sede e

foro à rua Euripedes Rodrigues n° 403, na cidade de Bandeirantes neste Estado, inscrita no CGC n° 76134931/0001-44, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n° 1240/75 de 28 de novembro de 1975.

Do ponto de vista regimental e constitucional, nada impede a sua normal tramitação pelo Plenário deste Poder Legislativo, para sua posterior aprovação com parecer favorável desta douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 297/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, declara de Utilidade Pública o Centro de Trabalho Social e Atendimento ao Idoso de Londrina - CENTRADIL, com sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 84, de 24.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 297/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 297/93, de autoria da nobre Deputada Emilia Belinati, declara de Utilidade Pública o Centro de Trabalho Social e Atendimento ao Idoso de Londrina - CENTRADIL, com sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado.

Nos termos escritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices regimentais, legais ou constitucionais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 256/93, de autoria do Tribunal de Contas, ficam criados 03 (três) cargos de provimento efetivo de Procurador de Estado junto ao Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 75, de 09.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 256/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 256/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, cria três cargos de provimento efetivo junto ao Tribunal de Contas.

São criados mais dois cargos de Assessor Jurídico e um Cargo, comissionado, de Assessor Econômico. As despesas decorrentes deverão correr à conta da dotação orçamentária do próprio Tribunal de Contas e os cargos efetivos serão providos após

concurso público.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices regimentais, legais ou constitucionais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 256/93

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, objetiva criar três cargos de provimento efetivo junto ao Tribunal de Contas.

Sobre a matéria já existe o Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, a que cabe a este Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo Parecer FAVORÁVEL, igualmente, opinando pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente e Relator

Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Talvez tenha passado despercebido na Comissão de Constituição e Justiça, mas o Projeto, no nosso entendimento é inconstitucional, porque ele trata da criação de cargos de Procurador do Estado junto ao Tribunal, os quais, somente podem ser criados por Lei Complementar, que não o presente caso, segundo reza o Artigo 118 e 121 da Constituição do Estado do Paraná.

Então queremos encaminhar contrariamente ao projeto porque ele contém vício de inconstitucionalidade. Uma vez rejeitado este projeto, poderá, então, o Tribunal enviar outro, mediante Projeto de Lei Complementar, sanando esse vício, até porque, nós, aprovando esse projeto, poderíamos estar dando guarida a um projeto inconstitucional que viria ser atacado judicialmente.

Então, somos contrário a esse projeto e entendemos que ele é inconstitucional na sua forma e esse vício não pode ser sanado por esta Casa.

Portanto, a nossa posição é contrária.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto 256/93.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.



O SR. RENATO ADUR - Pela ordem, Sr. Presidente.

Queremos requerer a retirada desse projeto. Estamos encaminhando à Mesa um requerimento neste momento.

Entendemos que as ponderações do Deputado Ernani Pudell têm fundamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. poderá entrar com requerimento na segunda discussão. Infelizmente, é matéria vencida.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - V.Exa., então, compute o meu voto contrário; não favorável.

O SR. RENATO ADUR - Então, nós votamos contrário ao projeto, Senhor Presidente.

Apelo a V.Exa. que reconsidere, aceitando o nosso requerimento de adiamento desse projeto e, então nós discutiremos melhor com o Tribunal de Contas.

O SR. ERNANI PUDELL - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

É um apelo que também faço a V.Exa.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, se V.Exa. retirar o projeto, eu retiro o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa transfere a votação para segunda-feira.

O SR. RENATO ADUR - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 249/93, de autoria dos Deputados João Iensen e Orlando Pessuti, autoriza o Poder Executivo a ceder, em comodato, à Sociedade Evangélica Betânia, a área que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 75, de 09.06.93).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 249/93

P A R E C E R:

De autoria dos Deputados Orlando Pessuti e João Iensen, o presente Plano de Lei autoriza o Poder Executivo a ceder, em comodato, à Sociedade Evangélica Betânia, com sede nesta Capital, uma área de terra com 28.862,27 m<sup>2</sup> (vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e dois vírgula vinte e sete metros quadrados), parte de uma área

com quarenta alqueires, pertencente ao Governo do Estado (Instituto de Saúde do Paraná), transcrito no Livro 3°-I, sob o n° 16.917 de 11 de maio de 1925, do Cartório de Registro de Imóveis - 1.<sup>a</sup> Circunscrição desta Capital, área onde se localiza hoje o Hospital de Dermatologia Sanitária São Roque, no Município de Piraquara.

Segundo parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, a iniciativa deste Projeto é incontestavelmente significativa, uma vez que a entidade pretende manter a área limpa e preservá-la conforme a legislação em vigor.

A presente autorização objetiva atender às normas constitucionais pertinentes à concessão de imóveis de propriedade do Estado, que requerem a autorização desta Casa de Leis para se efetivarem legalmente.

Isto posto, nosso parecer é FAVORÁVEL, não encontrando nada que obste a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
NEIVO BERALDIN - Relator

A Mesa transfere para segunda-feira, também tendo em vista requerimento que chegou à Mesa de Comissão Geral para oferecer pareceres aos Projetos n°s 320 e 321. Então, a Mesa transfere a discussão para segunda-feira do Projeto 320, de autoria de Renato Adur e Heinz Herwig, e o projeto do Deputado Orlando Pessuti e Heinz Herwig por não terem pareceres e pela solicitação de comissão-geral.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 320/93, de autoria dos Deputados Renato Adur, Heinz Herwig e outros, autoriza o Poder Executivo a vender, no todo ou em parte, as ações de seu patrimônio, detidas junto à TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A. SEM PARECERES. (Publ. no D.A. n° 88, de 30.06.93).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 321/93, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti, Heinz Herwig e outros, autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cooperação Técnico-Financeiro com o Governo do Estado de Santa Catarina, conforme especifica. SEM PARECERES. (Publ. no D.A. n° 88, de 30.06.93).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 130/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 09/93, dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o Exercício de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O. Emenda do Poder Executivo através da Mensagem n° 028/93.

PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO AO PROJETO DE LEI N° 130/93, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 1994, ENCAMINHADO ATRAVÉS DA MENSAGEM DE N° 009/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993.

1 - No Capítulo II, artigo 4°, item III, acrescentar a alínea "d", com a seguinte redação:

"d) do Fundo de Previdência do Estado, a que se refere a Lei Estadual n° 10.219 de 21 de dezembro de 1992."

2 - No Capítulo III, acrescentar a Seção V, com a seguinte redação:

#### "SEÇÃO V

Das Diretrizes Específicas do Orçamento do Fundo de Previdência do Estado

Art... - O Orçamento do Fundo de Previdência do Estado, compreenderá as suas receitas próprias de contribuições e de aplicações financeiras, devendo as mesmas ser aplicadas exclusivamente para pagamento de despesas previstas nos artigos 1° e 2° da Lei Estadual n° 10.219 de 21 de dezembro de 1992."

3 - No Capítulo V, artigo 30, acrescentar o item VII, com a seguinte redação:

"VII - Não envolver recursos do Fundo de Previdência do Estado."

#### SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N° 130/93

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 1994.

Art. 1° - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1994 compreendendo:

I - as prioridades da Administração Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referentes ao exercício;

V - outras disposições.

#### CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL  
Art. 2° - Constituem-se em prioridades do Governo Estadual:

I - a educação, saúde e segurança;

II - o incentivo à produção agropecuária;

III - a conservação do meio ambiente;

IV - a habitação popular;

V - o incentivo à pesquisa científica

Curitiba, quinta, em 01.07.93

e tecnológica:

VI - a infra-estrutura;

VII - incentivo a produção industrial.

Art. 3° - As prioridades definidas no artigo anterior e seus detalhamentos, terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1994, observadas as ações constantes do Anexo desta Lei.

#### CAPÍTULO II

##### DA ORGANIZAÇÃO E DAS ESTRUTURAS DOS ORÇAMENTOS

Art. 4° - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto de:

I - anexo de legislação e de resumos das receitas referentes aos orçamentos fiscal, próprio da administração indireta e de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - anexo de resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;

III - anexos dos orçamentos:

a) Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes, Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público, a que se refere o artigo 133, § 6°, I da Constituição Estadual;

b) Próprios das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, a que se refere o artigo 133, § 6°, II da Constituição Estadual;

c) de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6°, III da Constituição Estadual;

d) do Fundo de Previdência do Estado a que se refere a Lei Estadual n° 10.219 de 21/12/92.

Art. 5° - Os orçamentos fiscal e próprio das autarquias, fundações e órgãos de regime especial, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional programática, observando o seguinte desdobramento:

##### DESPESAS CORRENTES

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos da Dívida
- Outras Despesas Correntes

##### DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Amortização da Dívida

##### Outras Despesas de Capital

Art. 6° - O orçamento de investimento será apresentado por empresa e terá a despesa discriminada segundo a classificação funcional programática.

#### CAPÍTULO III

##### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO

## DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

## SEÇÃO I

## Das Diretrizes Gerais

Art. 7º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas serão fixadas segundo os preços vigentes no mês de maio de 1993.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 31 de maio de 1993.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de junho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1993, de acordo com critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei.

Art. 8º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 9º - As receitas de Órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 10 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em andamento, ou já programados, exceto as prioridades relacionadas no Art. 2º, itens de I a VII desta Lei.

Parágrafo Único - Só poderão ser incluídos projetos novos, em detrimento dos já programados, quando acompanhados por justificativa e autorizados pelo Poder Legislativo ou ainda, os que sejam financiados por fontes de recursos outras que não as já inscritas na lei orçamentária.

Art. 11 - Fica vedada aos órgãos da Administração Direta e Indireta a previsão de recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches.

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos órgãos do Poder Executivo após deduzidos os recursos destinados:

I - ao pagamento de precatórias judiciais apresentados até 1º de julho de 1993;

II - os recursos destinados ao fomento

da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual;

III - ao orçamento do Poder Legislativo, correspondente a até 3% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas.

IV - ao orçamento do Poder Judiciário, correspondente a até 7,0% (sete vírgula zero por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e às receitas vinculadas, sendo que neste total 0,6% (zero vírgula seis por cento) corresponderão a despesas de capital.

V - as despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

VI - ao pagamento do serviço da dívida pública e do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

VII - as contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VIII - a programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE; e

IX - a manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Os recursos remanescentes de que trata o "caput" deste artigo, serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir:

- Chefia do Poder Executivo - até 10%

- Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - até 4%

- Procuradoria Geral do Estado - até 1%

- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - até 5%

- Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL - até 14%

- Secretaria de Estado da Comunicação Social - até 2%

- Secretaria de Estado da Administração - até 10%

- Secretaria de Estado da Fazenda - até 8%

- Administração Geral do Estado - Recurso sob Supervisão da SEFA - até 2%

- Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - até 2%

- Secretaria de Estado da Cultura - até 2%

- Secretaria de Estado da Segurança Pública - até 20%

- Secretaria de Estado da Saúde - até 30%

- Secretaria de Estado da Justiça e da

Cidadania - até 12%

- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - até 18%

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - até 8%

- Secretaria de Estado dos Transportes - até 30%

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente - até 4%

- Secretário Especial do Esporte e Turismo - até 2%

- Secretário Especial da Política Habitacional - até 16%

- Ouvidor Geral do Estado - até 0,3%

- Secretário Especial para Assuntos Externos - até 1%

- Secretário Especial da Indústria e do Comércio - até 2%

- Ministério Público - até 1%

Art. 13 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, conterá dispositivos autorizatórios para destinação específica de recursos do Tesouro Geral do Estado para aquisição centralizada de materiais de consumo e permanente, à execução centralizada de reparos e obras, bem como ao pagamento de Pessoal e Encargos e despesas com energia elétrica (Companhia Paranaense de Energia - COPEL), água e esgoto (Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR), e de serviços de processamento de dados (Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR).

Art. - A proposta orçamentária deverá consignar valores destinados a cobrir despesas decorrentes da concessão de vale transporte ao funcionalismo público estadual conforme determina a Lei Estadual nº 9.490/90.

Art. 14 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações registradas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por Lei.

## SEÇÃO II

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 15 - O Orçamento Fiscal para 1994 fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Geral do Estado, com um valor estimado preliminar em torno de Cr\$ 43.000.000.000.000,00 (quarenta e três trilhões de cruzeiros), a preços de maio de 1993.

§ 1º - O Orçamento Fiscal conterá as

cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

§ 2º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Assembleia Legislativa, e a proposta do Poder Judiciário será elaborada pelo Tribunal de Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 16 - O Orçamento Fiscal terá as despesas com pessoal e encargos sociais fixados até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor anual das receitas correntes, de acordo com o disposto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e Estadual, respectivamente.

Art. 17 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 18 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 19 - O orçamento fiscal conterá a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, parágrafo único da Constituição Estadual.

## SEÇÃO III

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 20 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta, relativo às Autarquias, às Fundações e aos Órgãos de Regime Especial, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, bem como suas aplicações.

Art. 21 - Os montantes das despesas dos orçamentos próprios, não poderão ser superior ao das respectivas receitas.

Art. 22 - Os orçamentos próprios deverão prever o custeio de despesas com pessoal, com recursos próprios, na mesma proporção dos recursos do Tesouro.

## SEÇÃO IV

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 23 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferên-

cias do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na espécie investimento.

Art. 24 - Os montantes das despesas dos orçamentos de investimento não poderão ser superior aos das respectivas receitas.

Art. 25 - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes, por espécie de despesas, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem subvenção do Tesouro Estadual para custeio de despesas com Pessoal e Encargos Sociais e com sua manutenção.

#### SEÇÃO V

##### Das Diretrizes Específicas do Orçamento do Fundo de Previdência do Estado

Art. - O Orçamento do Fundo de Previdência do Estado compreenderá as suas receitas próprias de contribuições e de aplicações financeiras, devendo as mesmas ser aplicadas exclusivamente para o pagamento de despesas previstas nos artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 10.219 de 21 de dezembro de 1992.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Disposições sobre as alterações na Legislação Tributária

Art. 26 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1993, em especial:

I - As modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - A concessão e redução de isenções fiscais;

III - A revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

VI - O aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

#### CAPÍTULO V

##### DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 27 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará os quadros de detalhamento de despesas, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 7º desta lei.

Art. 28 - A Lei Orçamentária Anual indicará os critérios para a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de

Economia Mista, durante o período de execução orçamentária.

Art. A defasagem monetária das dotações orçamentárias, ocasionadas pela inflação, deverá ser corrigida de forma a não prejudicar a realização do programa de trabalho estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º - O Poder Executivo providenciará para tal fim a atualização das expressões monetárias das dotações constantes do Orçamento Anual, durante sua execução, de acordo com a inflação medida mês a mês em índice a ser definido na proposta orçamentária.

§ 2º - As correções não poderão ultrapassar em nenhuma hipótese os índices de crescimento da Receita Própria Líquida.

Art. 29 - Na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

Art. 30 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que:

I - sejam compatíveis com as disposições do parágrafo 3º do artigo 134 da Constituição Estadual;

II - não transfiram recursos próprios das entidades referidas nas Seções III e IV do Capítulo III;

III - não cancelem recursos superiores aos previstos na espécie a ser cancelada;

IV - não apresentem como destaque metas não previstas no projeto de lei;

V - não discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais;

VI - não cancelem recursos de manutenção de órgãos e/ou entidades em detrimento de despesa de capital;

VII - não envolvam recursos do Fundo de Previdência do Estado.

Art. 31 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### ANEXO

##### DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

I - Educação, Saúde e Segurança

a) expansão do atendimento pré-escolar;

b) melhoria da qualidade do ensino público de 1º e 2º graus;

c) expansão da oferta do ensino fundamental e médio;

d) expansão e melhoria do ensino agrícola;

e) expansão da oferta de recursos didáticos e pedagógicos nos diferentes níveis da educação básica;

f) ampliação da oferta do ensino profissionalizante;

- g) apoio a programa de alfabetização de jovens e adultos;
- h) melhoria das condições de atendimento da educação especial;
- i) continuidade do programa de racionalização e modernização do sistema de ensino superior;
- j) apoio a programas culturais como extensão do processo educacional;
- k) manutenção das ações de saúde especializada e dos centros de saúde;
- l) municipalização do atendimento básico de saúde;
- m) ampliação da produção e distribuição de medicamentos para a rede básica de saúde;
- n) ampliação do grau de controle na coleta e distribuição de sangue e hemoderivados;
- o) manutenção e ampliação dos programas de segurança pública;
- p) aperfeiçoamento e valorização dos profissionais de segurança da polícia civil e militar;
- q) continuidade e ampliação do programa integrado de atendimento a emergências;
- r) reequipamento da polícia civil e militar;

II - Incentivo à Produção Agropecuária a melhoria dos padrões genéticos dos rebanhos do Estado;

b) desenvolvimento de condições adequadas de infra-estrutura para produção, escoamento e comercialização, aos pequenos produtores rurais;

c) apoio técnico e creditício ao pequeno e médio produtor rural;

d) armazenamento, fomento, mecanização e apoio a programas especiais da produção agropecuária;

e) continuidade dos programas de manejo integrado de solos e água;

III - Conservação do Meio Ambiente a desenvolvimento de programas de educação ambiental;

b) monitoramento e fiscalização dos recursos ambientais, inclusive em áreas indígenas, com vistas à redução da poluição ambiental;

c) melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida no meio urbano e rural por meio do saneamento ambiental, com o abastecimento de água potável e o tratamento de resíduos sólidos e detritos sanitários;

d) desenvolvimento de ações voltadas ao controle de enchentes e a realização de obras de drenagens e despoluição de bacias hidrográficas;

e) conservação e manejo dos ecossistemas e de sua biodiversidade.

IV - Habitação Popular

a) continuidade ao programa de mutirão para atender com habitação popular as fa-

Curitiba, quinta, em 01.07.93

mílias paranaenses de baixa renda, da zona urbana e rural.

V - Incentivo à Pesquisa Científica e Tecnológica

a) apoio a programas de pesquisa para o aumento da produtividade e melhoria dos padrões de qualidade do produto estadual;

b) apoio a incorporação de novas tecnologias aos setores da agropecuária, indústria e serviços;

c) apoio a programas de desenvolvimento da massa crítica de pesquisadores e tecnólogos para a melhoria da qualidade e da produtividade;

d) incentivo a pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas de biotecnologia, química fina e novos materiais.

VI - Infra-estrutura

a) continuidade aos programas de eletrificação urbana e rural;

b) continuidade aos programas de saneamento básico;

c) ampliação do sistema ferroviário de cargas;

d) continuidade aos programas de conservação da malha viária do Estado.

e) estudos, projetos e construção de pontes para acesso a países limítrofes com o Estado do Paraná.

f) estudos para o aproveitamento do rio Ivaí.

VII - o incentivo à produção industrial.

a) desenvolvimento de programas micro-regionais de industrialização, aproveitando as potencialidades ali existentes;

b) apoio técnico e creditício à pequena indústria;

c) incrementar a geração de empregos permanentes nas regiões de oferta temporária.

Sala das Sessões, em 01.07.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

Em discussão.

O SR. HEINZ HERWIG - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar com a palavra o Relator da Comissão de Orçamento e da L.D.O., Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conseguimos, depois de uma longa maratona, finalmente, um consenso para que se conseguisse a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano.

Não foi fácil conseguirmos isso, muitas pessoas nos ajudaram, para que finalmente através do diálogo, da compreensão e da atuação de quase todos os Deputados

desta Casa, pudéssemos ter um substitutivo que refletisse o pensamento médio dos Deputados com assento nesta Casa.

Os Srs. Deputados em sua maioria, deputados da oposição, apresentaram emendas ao projeto de LDO, o que é muito natural, como é um projeto do governo, tentando melhorar, dar a sua opinião sobre a LDO.

Essas emendas todas foram analisadas por nós e pela equipe da Comissão de Orçamento e através de negociações com as pessoas, com os Deputados que apresentaram essas emendas, nós conseguimos, após várias negociações, colocar na LDO em torno de 20 emendas. Apenas 13 Deputados apresentaram emendas, a bancada do PDT, do PT, Deputados Élio Rusch, Alceu Swarowski, Anibal Khury e João Preis e na média dessas emendas algumas, naturalmente, modificavam substancialmente a LDO apresentada pelo Governo do Estado.

E nós procuramos, sempre através do diálogo, tentar mostrar aos deputados o que era importante de fato, para que pudéssemos incorporar a esta LDO, as emendas que eles com tanta vontade, com tanto desejo apresentaram.

Claro que todo deputado gostaria que todas as suas emendas fossem acatadas, é natural isso, nós também gostaríamos de acatar todas as emendas, mas infelizmente isto não é possível. Nós tivemos que negociar, e faz parte das prerrogativas desta Assembléia negociar, o governo junto com a oposição a negociação sadia para que se conseguisse atingir, não o ideal para cada um dos lados, mas pelo menos o possível. Nós acreditamos que conseguimos isso.

Após demorada negociação faltou apenas, ontem, um item, que era o mais pesado o qual se referia ao Tribunal de Justiça, as verbas destinadas ao Tribunal de Justiça.

O Governo do Estado não abria mão dos 6% e o Tribunal de Justiça também não abria mão 7,8%, que nos foi, inclusive, apresentado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que esteve aqui a convite da Comissão de Orçamento, nos apresentando a razão desse pedido de aumento dos 6% deste ano para os 7,8% para o próximo.

Para os Srs. Deputados terem idéia, esse aumento de 6% para 7,8% representa, na verdade, um orçamento da Assembléia, é uma Assembléia a mais, o orçamento do Tribunal de Justiça, e por isso tivemos que negociar.

O Deputado Nelson Justus, que é o Presidente da Comissão, nos acompanhou várias vezes nas idas e vindas ao Tribunal de Justiça e ao Palácio do Governo, Deputado Orlando Pessuti, Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, os Deputados Hermas Brandão, Erondy Silvério e Renato Adur, líder do Governo nos acompanharam, final-

mente, na última rodada, quando conseguimos fechar o índice de 7% ao Tribunal de Justiça. É um aumento de 1% no total de receitas do Estado que, acreditamos, vai permitir ao Tribunal de Justiça a execução de um orçamento bem melhor para o próximo ano.

Então, em linhas gerais, é este o substitutivo que apresentamos aos Srs. Deputados, é o substitutivo que, através da negociação, permitiu a sua execução, a sua aprovação, hoje de manhã na Comissão de Orçamento, e a sua apresentação hoje ao Plenário, e se for de agrado de todos aprová-lo para que a gente possa então executá-lo para o próximo ano de 1994.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Só reforçando o que o Sr. Deputado Heinz disse em termos daquilo que foi concedido ao Tribunal de Justiça, 1% além daqueles 6% tradicionais, representa exatamente a metade de tudo aquilo que é atribuído à Assembléia Legislativa.

Está em votação o Projeto 130/93.

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, foi colocado em votação o Projeto ou o Substitutivo da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Projeto. O Substitutivo será na segunda-feira e as Emendas também, as que requeridas destaque, porque não é mais permitida emenda de Plenário ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. ERNANI PUDELL - Só as Emendas da Bancada do PT é que não foram contempladas no Substitutivo, porque já requeremos...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Segunda-feira veremos isto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/93, de autoria da Comissão Especial sobre o Trabalho Escravo, aprova o relatório da Comissão Especial Suprapartidária para averiguar casos de trabalho escravo em fazendas do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o relatório final da Comissão Especial Suprapartidária para averiguar casos de trabalho escravo em Fazendas do Paraná.

Art. 2º - Esta resolução entrará em

vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.93

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

# RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, ORGANIZADA PARA VERIFICAR DENÚNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO EM FAZENDAS DO PARANÁ.

## Histórico

No mês de abril de 1992, famílias de trabalhadores que haviam fugido da fazenda Gralha Azul, no Município de Laranjeiras do Sul, de propriedade do fazendeiro Olivil da Silva, procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Vizinhos e o Deputado Estadual Ovídio José Constantino, para denunciar o que ocorria naquela fazenda.

Membros dessas famílias, acompanhados pelo referido Sindicato e pelo Deputado, levaram a denúncia à Promotoria da Comarca, que marcou uma vistoria à referida fazenda, onde fora flagrado e confirmada a existência de trabalhadores em condições análogas de trabalho escravo, e instaurado devido inquérito (processo). Constatou-se que além de explorados como mão-de-obra escrava, lavradores eram obrigados a dormir junto a galinhas e porcos.

Sebastiana Almeida dos Santos vivia numa pocilga com dois filhos, um bebê de um mês, além de um menino de 4 anos. Dona Maria Cândida, 73 anos, estava aposentada há aproximadamente 4 anos e durante todo esse período não recebeu nada, pois esses valores ficavam com Olivil da Silva, que era seu procurador.

Trazido o fato à Assembléia Legislativa, e diante da evidência de que tão graves fatos pudessem estar ocorrendo no Estado, através de requerimento, subscrito por diversos Srs. Deputados, foi aprovado em 08.04.92, a constituição de uma Comissão Especial Supra-Partidária para averiguar casos de trabalho escravo no Paraná, a qual foi constituída pelo Presidente da Assembléia em 28.04.92 e instalada em 29 do mesmo mês, conforme ata de reunião de instalação.

## Ações e Trabalhos da Comissão

Inúmeras reuniões da Comissão foram realizadas para discutir e encaminhar os trabalhos.

A Comissão enviou correspondências oficiando a todos os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado, todas as Delegacias de Polícias, 220 correspondências até 12.06.93, conforme atesta documento da 1.ª Secretaria da ALEP, bem como as diver-

Curitiba, quinta, em 01.07.93

sas entidades civis e Órgãos oficiais, solicitando informações de denúncias que pudessem ter relação com casos análogos a trabalho escravo.

No dia 18 de maio de 1992, a Comissão dirigiu-se a Laranjeiras do Sul, onde no Fórum local, realizou sua reunião, discutindo com diversas autoridades locais, juizes e promotores da Comarca, presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Sindicatos Patronais, delegado de polícia, presidente da Seção local da OAB, conforme atas anexas.

Viagem de membros da Comissão ao litoral para contatos com órgãos locais para obter informações.

Oficiou à Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho do Estado do Paraná, sobre a necessidade urgente da instalação da Junta de Conciliação e Julgamento na região de Laranjeiras do Sul.

Oficiou os órgãos da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a fim de localizar o Sr. Benhur Gonçalves da Costa, vítima no processo da Fazenda Gralha Azul, que está desaparecido.

## Denúncias recebidas

Em todo o trabalho de averiguação, contatos e consultas realizados, recebemos denúncias de indícios de trabalhos em condições análogas a de escravo, que mereciam investigação mais apurada em 04 locais: 1) Fazenda de propriedade do Grupo Slaviero; 2) Fazenda de propriedade do Sr. João M. Alves (ambas em Laranjeiras do Sul); 3) Fazenda denominada Piscina, no Município de Guaraqueçaba. Houve também denúncias de que o mesmo estaria ocorrendo nas fábricas de processamento de palmito e de derivados de cipó, no litoral; 4) Fazenda Piquiri, no Município de Laranjeiras do Sul, (1.ª ata - 29.04.92 - fls. 02); 5) Denúncias genéricas de difícil apuração chegadas informalmente à Comissão.

## Das dificuldades de apuração

O trabalho da Comissão foi dificultado por diversas formas e em diversas ocasiões, sendo as mais graves, o vazamento de informações e a complexidade de ações a exigir um levantamento reservado. Deliberado pela Comissão, da necessidade de averiguar "in loco" as denúncias, integrantes da Comissão foram surpreendidos com telefonemas de procuradores de fazendeiros no dia seguinte a reunião, indagando sobre a veracidade de que em determinado dia estariam lá para proceder às investigações. Ante tal fato, a Comissão não mais foi ao local, pois, evidentemente, de nada adiantaria presenciar situações forjadas de normalidade.



"Verbi gratia", o fato mais significativo ocorreu às vésperas das eleições de outubro p.p., nas fazendas Slaviero e a outra de propriedade de João Moacir Alves, ambas no Oeste do Estado.

A repercussão na imprensa, com o caso de Laranjeiras do Sul, serviu também para alertar aos demais infratores em outras áreas do Estado, dificultando ainda mais o trabalho, assim como o desaparecimento de testemunhas e vítimas da trágica situação inibiu qualquer movimento dos oprimidos, em sua própria defesa, a exemplo de Benhur Gonçalves da Costa de paradeiro até hoje ignorado. Seu primeiro depoimento contribuiu para a prisão de um fazendeiro que mantinha trabalho escravo em sua fazenda. Entretanto, Benhur deveria ratificar seu depoimento em juízo, mas estranhamente desapareceu.

Como em Laranjeiras, podemos deduzir, com base nos depoimentos, com cópias anexas, que as vítimas do trabalho escravo provêm de uma situação de extrema pobreza, com a conseqüente falta de informações de seus direitos humanos e sociais básicos. Os que têm um mínimo de informação e coragem denunciam, são ameaçados de morte para não prosseguirem com as denúncias, sofrem intimidações extensivas à sua família. As notas taquigráficas inclusas, bem como o inquérito policial, registram bem este fato nos respectivos depoimentos. A começar pelo caso de Severino Vellozo (fita 2, lado 1 - notas taquigráficas às fls. 03), textualmente disse "que se saíssem de lá e denunciasses que o filho de Olivil havia dito para ele que ao invés de pagarem Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para um peão que sai da fazenda e reclama os direitos, ele pagava cem mil cruzeiros a um pistoleiro para matar".

Severino tinha quatro filhos, todos morreram dada a precária condição de vida. A última criancinha, ele tentou de todas as maneiras salvá-la (fita 2, lado 01 - fls. 04 - das notas taquigráficas) levou-a nos braços, andando à pé 27 Km até a farmácia mais próxima, mas sem um tostão no bolso, pois trabalhava mas não ganhava. Ao chegar à farmácia não achou o farmacêutico, tampouco pode medicar a criança, que dias e noites gritava em casa de dor. Voltou com a criança chorando e dias depois ela morreu.

Outra fita de depoimento, de um juiz registrado pela taquígrafa Kátia Maria, às fls. 06, revela que nos Tribunais locais testemunhas e vítimas negam maus tratos, dado as ameaças de morte que atingem as crianças de sua família. Daí a conclusão do juiz, fls. 05: "atualmente, no juri, eu acredito que a maioria das absolvições é por medo da família do réu".

As autoridades locais confessam que

não têm condições materiais de irem ao local onde poderiam encontrar o trabalho escravo, já que as fazendas distam em média 60 Km do centro do município, em estradas de difícil acesso, sem contar que os capatazes podem receber à bala os visitantes, dada a violência generalizada, com excessivo grau de homicídio, conforme notas da taquígrafa Lilian (fita 2 fls.06 e ata da 1.<sup>a</sup> reunião da Comissão, de 29.04.92.).

Os que não têm dinheiro, têm mais dificuldades de locomoção, e quando estão restritos a prestar sua força de trabalho no interior de fazendas, acabam carecendo de informações, desconhecem seus direitos, que eventualmente poderiam ser assimilados pelo convívio social.

Na Justiça do Trabalho ocorre a mesma situação de medo e angústia pelas represálias patronais, como relatadas no Ofício n° 09/92/CTE, ao Procurador Regional de Trabalho da 9.<sup>a</sup> Região, Doutor Gliceu Luís Bassatti. Ela se estende ainda às empregadas domésticas, a maioria sem registro em CTPS, não chegando a ganhar, e quando ganham, é um salário mínimo.

Difícilmente um grupo de Deputados - de passagem e estranhos - ao local, convencem alguém nas referidas condições a dar seu depoimento.

De outro lado, detectamos a necessidade de que este trabalho seja realizado rotineiramente, dado a sua natureza. Dessa forma a Comissão sugere a criação de uma Comissão Permanente de Trabalho nesta Casa de Leis.

Das conclusões:

A Comissão considera que cumpriu seu compromisso firmado na primeira reunião ordinária (ata de 29.04.92 - fls. 02) de tomar conhecimento de todas as denúncias de trabalho escravo à ela apresentada, dar-lhes a devida publicidade e encaminhá-las, posteriormente, aos órgãos competentes, o que faz nesta oportunidade.

Antes porém, reconhece que não tem um quadro completo da situação do trabalho escravo ou em condições análogas no Estado, pois no decorrer dos trabalhos uma cruel realidade se revelou, ou seja, o grande poder do senhor feudal, com características de coronelismo brasileiro, organizado e armado a avançar sobre frágeis seres humanos, desarmados, cansados e ameaçados, poder que avassaladoramente emudeceu quem poderia contribuir para denunciar a existência do trabalho escravo.

Por conseguinte, a melhor contribuição que esta Comissão pode oferecer às autoridades, a quem se encaminha este relatório, é no sentido de que as ações investigatórias se processem sem qualquer publicidade, pois o fator surpresa é essencial, no contexto, para se constatar a escravi-

ção. O caso da fazenda "Gralha Azul", no Município de Laranjeiras do Sul, é um exemplo concreto: foi dado o flagrante, no momento certo, sem alarde anterior, daí o seu sucesso, como documentado pela imprensa nacional.

Significativo também é a constatação de ser difícil a um cidadão comum, habitante da região, encontrar guarida das autoridades policiais locais, vez que não têm estrutura necessária à sua proteção, sem preparo, armas, carros e pessoal chegam a julgar normal tal degradação humana, haja vista que no caso de Laranjeiras do Sul, o flagrante foi lavrado graças à atuação decisiva e insistente do promotor local, Nivaldo Brunoni. Passado a lavratura, o chefe maior da Segurança do Estado, Excelentíssimo Senhor Secretário Moacir Favetti trouxe sua colaboração, demonstrando ceticismo e descrédito quanto ao fato, como notoriamente divulgado pela imprensa (recortes anexos). Posição delicada num momento em que era exigível dos órgãos afetos a Segurança Pública uma atuação plena e eficaz.

Portanto, tendo em vista a gravidade de que se reveste a exploração do trabalho humano no campo, em condições de servidão, inclusive, por seu caráter criminal (art. 149 do CP), necessário se faz o aprofundamento dessa questão por órgãos especializados de modo a apurar a veracidade das denúncias, com enquadramento legal cabível ao caso, na constatação, bem como proceder a um levantamento minucioso a fim de reprimir outros casos.

Relevantes são nossas legislações a respeito para coibir práticas de submissão e degradação humana, tais quais a do trabalho escravo, a começar pela Carta Magna Federal, que preconiza a Reforma Agrária em propriedade que descumpra sua função social (art. 184). Função esta bem especificada no art. 186 do mesmo dispositivo legal, o qual estabelece critérios e requisitos a serem observados:

Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Outras legislações também tratam da matéria e devem ser lembradas no trato da questão, tal como as Convenções n.ºs 95 e

Curitiba, quinta, em 01.07.93

105 da OIT, ratificadas pelo Brasil, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em seu art. 4º, expressa:

"Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a servidão e o tráfico de escravos são proibidos em todas as formas".

Bem como das leis trabalhistas nacionais (CLT) e dispositivo constitucional federal de que nossa República está embasada como objetivo fundamental (art. 3º), incisos III e IV:

III - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Assim, na defesa destes interesses sociais, individuais e indisponíveis, bem como do regime democrático, esta Comissão solicita à Mesa da Assembléia, com base no art. 38, seus incisos e parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, que encaminhe o presente relatório aos órgãos competentes abaixo declinados, para que procedam à responsabilidade civil criminal e trabalhista, ficando a cargo do Executivo a adoção de providências saneadoras, decorrentes dos dispositivos legais e constitucionais aplicáveis ao caso:

- \* Procuradoria da República;
- \* Procuradoria Geral do Estado do Paraná;
- \* Procuradoria Geral da Justiça do Estado;
- \* Procuradoria Regional do Trabalho - 9ª Região;
- \* Polícia Civil;
- \* Polícia Federal;
- \* Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- \* Comissão Permanente de Terras da Assembléia Legislativa do Paraná;
- \* Comissão Permanente de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Paraná e
- \* Governo Estadual.

Conclua-se, na forma da lei, por Projeto de Resolução, cuja minuta, em anexo, oferecemos.

Curitiba, 13.05.93.

(aa) MÁRIO BEZERRA GUIMARÃES - Relator  
OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO - Presidente  
ÉLIO LINO RUSCH - Vice-Presidente  
PAULO MAIA DE OLIVEIRA - Membro  
ANTONIO TOTI COLAÇO VAZ - Membro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 010/93

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução em exame, de autoria da Comissão Especial sobre o Trabalho Escravo, tem por objetivo colher desta Comissão e do douto Plenário desta Casa de Leis, a aprovação ao seu relatório final.

Procedida análise da matéria, nada encontramos que possa constitucional, legal

ou regimentalmente obstar a tramitação processual legislativa, encontrando o relatório, em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário, cabendo a esta Comissão de Constituição e Justiça, ressaltar o brilhante trabalho dos integrantes daquela Comissão Especial, que averiguou casos de trabalho escravo em fazendas no Estado do Paraná.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela apreciação da matéria pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 011/93, de autoria da Comissão Especial do Índio, fica aprovado o Relatório Final da Comissão Especial do Índio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 011/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Especial do Índio.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

#### RELATÓRIO COMISSÃO DO ÍNDIO

No que tange à situação das comunidades indígenas (Guarani e Kaingang) nas reservas localizadas no Estado do Paraná, algumas providências devem ser tomadas com urgência para a preservação da cultura que lhe é peculiar e também para assegurar os mínimos direitos e garantia fundamentais aos índios, enquanto pessoas. Dotados de ordenamento protetivo originado da condição absolutamente particular vivida pelas comunidades indígenas, a situação pungente por que passam é determinada basicamente pela omissão estatal, determinado efetivo descumprimento das normas programáticas e mandamentais a respeito do tratamento a ser dispensado ao índio, que visa, não só a sua proteção, mas, acima de tudo, a propiciar uma vida minimamente condigna a essas comunidades silvícolas através da criação de condições de sua sobrevivência, e a desfazer o preconceito que ainda grassa no seio da sociedade em relação à índole e temperamento do índio. A ação da sociedade, apoiada por uma omissão importante dos órgãos estatais, destituídos também da estrutura e apoio necessários à

consecução de um bom trabalho, que se baseia não só em uma prática assistencialista, mas, principalmente, fundamentada no conhecimento aprofundado da natureza e necessidade dos grupos indígenas, determina, em última análise, um processo de destruição da cultura indígena e do aniquilamento dos índios enquanto pessoas.

A atuação protetiva da cultura indígena, que é condição para a própria preservação do índio enquanto pessoa - sujeito de direitos e garantias fundamentais, deve ser iniciada, necessariamente, por uma postura estatal atuante, definida, sobre parâmetros de aprofundado conhecimento da cultura e das necessidades das comunidades indígenas no Paraná. À guisa de uma pretensa manutenção das suas condições próximas àqueles em que eram originalmente encontrados, no início dos tempos de exploração do colono de descendência européia que tomou as terras dos índios - o que aconteceu em todo o Brasil -, os índios no Paraná hoje vivem em condições subumanas, carentes de estruturas de higiene e saúde, cultura (não só aquelas reprodutivas da sociedade nacional, mas de forma a resgatar a sua original), moradia e meios de produção. Toda a sociedade rural, de um modo geral, incidente, especialmente sobre os bóias-frias do Paraná, convive em condição subumana, mas os índios em particular, em que pese todo o ordenamento jurídico existente e que a coloca como sujeito especial de vários direitos protetivos, estão relegados a um último plano, pois está a se confundir condição de miséria com aquelas que originalmente se encontram nas suas sociedades originais.

Os índios são obrigados a sair para trabalhar de "bóias-frias". Inclusive há uma empresa do Mato Grosso que vem buscá-los na estrada da reserva para levá-los àquele Estado, onde, pelo que ficamos sabendo, trabalham em regime de semi-escravidão.

Como já foi dito, necessariamente o Estado do Paraná, através de seu Governo, deve tomar frente na recomposição das condições de vida e da cultura dos índios. Só uma atuação imediata, contundente e incisiva, calcada nos dados e propostas colhidos por pessoal especialmente, interdisciplinar e intersecretarial, poderá determinar a salvação do índio e da sua cultura no Paraná. Da forma como se encontra atualmente, e mantidos os rumos atuais, a comunidade indígena no Paraná será objeto de "extinção", numa omissão genocida que vem se perpetuando há centenas de anos e em detrimento da teimosia do índio em sobreviver. As Secretarias de Estado do Governo do Paraná devem buscar, com urgência, operação conjunta num processo de re-

composição da vida dos índios nas suas reservas e no próprio resgate de sua cultura.

Pois é notório que a FUNAI, na forma como opera atualmente, se mostra ineficiente ou insuficiente em sua atuação "protetiva", falhando, não por desejo de seus técnicos, mas pela falta de estrutura que lhe propicie uma atuação mais próxima do ideal, determinando, em última análise, uma prática que perpetua o índio como ser inferior e como cultura a ser diluída. O índio é um ser que existe contemporaneamente, e deve merecer a atenção e os cuidados que impliquem a criação das condições de manutenção e desenvolvimento da sua cultura.

Existe um déficit de moradias que é gravíssimo e contribui para a miséria das comunidades indígenas.

As condições de saúde dos índios são gravíssimas e determinante do seu enfraquecimento e extinção. A FUNASA, que é o órgão próprio de atendimento à saúde indígena, vinculado ao SUS, é inoperante. De modo geral não há equipe de atendimento à saúde nas reservas indígenas. O índio sempre foi vítima das doenças trazidas à sua sociedade pelo colono de origem européia. Originalmente saudável e desconhecedor de várias doenças endêmicas, o índio brasileiro mostrou-se frágil diante das pestes que o colono trazia consigo. A partir desta constatação, a atenção à saúde do índio deve ser prioritária, em especial a saúde oral, que é fator preponderante para a efetivação de uma alimentação correta e saudável. Já há inclusive caso de AIDS na reserva de Laranjinha. As índias estão se prostituindo para sobreviverem em Rio das Cobras e a principal causa de morte é por atropelamento por falta de lombadas e sinalização nas estradas que cortam as reservas.

A educação, como acontece hoje nas reservas, é altamente deficitária. A atuação deveria acontecer (e a Secretaria de Estado da Educação deveria preocupar-se com isso) dentro de parâmetros e objetivos que visem a restauração e sedimentação da cultura indígena.

Juntamente com a segurança da posse da terra, o índio deve merecer uma atenção especial na concessão dos meios de sua produção, em especial para a sua sobrevivência e para o incremento da sua alimentação. As sementes que lhe são normalmente fornecidas, chegam à terra com a qualidade duvidosa, implicando em colheitas mingua- das, merecendo uma atenção dos órgãos es- tatais competentes, ligados à Secretaria da Agricultura, para que busquem o resgate da cultura de lavradores de que muitos grupos étnicos eram portadores. O fato de simplesmente conceder-lhes as sementes não

determina a eficácia na atuação dos índios com agricultores, pois com o passar dos tempos, muitas destas práticas foram es- quecidas por motivos até alheios à sua vontade, merecendo uma retomada das suas tradições com a ajuda dos órgãos estatais competentes ligados à Secretaria de Agri- cultura.

#### TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES NA JUSTIÇA FEDERAL

A.I. Queimadas - Autos n° 00.0004707-4 - Ação Ordinária Demarcatória do Quinhão 15 movida pela União Federal e FUNAI con- tra espólio de Elias Karan e Outros - 4.<sup>a</sup> - Vara Justiça Federal (aguarda sentença).

A.I. Rio Areia - Autos n° 90.6346-9 - Ação Cautelar movida por Camargo Sell Ltda. e Outro, contra União Federal e FU- NAI. 9.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal (perícia ainda não realizada).

A.I. Mangueirinha - Autos n° 106.932-2 - Ação de Reintegração de Posse c/c Perdas e Danos, movida por Israel Marques Cajai contra a FUNAI e Outros - 2.<sup>a</sup> Vara Justiça Federal (aguarda sentença).

A.I. - Autos n° 77.424-3 - Ação de Ma- nutenção de Posse movida por Faustino Go- mes e Outro contra FUNAI - 4.<sup>a</sup> Vara Justi- ça Federal (aguarda sentença).

A.I. Rio das Cobras - Autos n° 1.988/87 - Ação de Indenização por Desa- propriação Indireta movida por José Perei- ra dos Santos e Outros (28) contra FUNAI - 7.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal (sentença fa- vorável a FUNAI).

A.I. Mangueirinha - Autos n°s 3784/78 e 3785/78 - Ação em que contendem FUNAI, F. Slaviero e Filhos e Jone Rodrigues Lima e Outros - 2.<sup>a</sup> Vara Justiça Federal (aguarda sentença).

Terras Indígenas que tiveram seus ter- ritórios reduzidos por força de Acordo en- tre o Ministério da Agricultura e o Gover- no do Paraná em 1949.

Mangueirinha	-	7.400 ha
Ivaí	-	7.200 ha
Queimadas	-	3.081 ha
Faxinal	-	2.043 ha
Apucarana	-	6.300 ha
Rio das Cobras	-	18.682 ha

#### SUGESTÕES

Efetivamente, sugerimos que o Governo do Estado, por mecanismo próprio e até en- gajado com os órgãos federais e municipais correlatos, inicie uma atuação instituindo órgão técnico, intersecretarial, que sis- tematize um diagnóstico e implemente as medidas de resgate das condições culturais e pessoais dos índios no Paraná.

Outra medida urgente, e que pode ser

operada também através dos órgãos do Governo do Estado, diz respeito à definição das terras indígenas, visto que o Governo Federal em sua reforma administrativa extinguiu o departamento responsável por esse serviço. A demarcação atual é falha e desrespeitada, e os grileiros não estão a merecer a coerção da polícia. O ITCF e a Secretaria de Segurança podem e devem atuar de forma contundente nesta questão. O direito dos índios à terra é líquido e certo, por previsão constitucional, e a sua usurpação é um grande fator da degeneração das suas condições de vida e da sua cultura.

As áreas que estão "sub-judice" precisam ser legalizadas urgentemente, com a participação do Governo do Estado.

Os órgãos governamentais precisam criar mecanismos para garantia de futuras áreas de terra a esses índios, face ao crescimento populacional nas reservas indígenas.

A Comissão Parlamentar sugere, ainda, a criação de um Fórum Permanente para tratar das questões indígenas.

#### CONCLUSÃO:

A multiplicidade de carência e as áreas em que elas são registradas só podem ser sanadas tomando-se o problema indígena globalmente; a solução não pode dar-se setorialmente (só na educação, só na saúde, etc.). Uma atuação sistemática, interdisciplinar e intersecretarial do Governo do Estado, através de órgão próprio, técnico e especializado, trabalhando conjuntamente com os órgãos correlatos dos demais entes federados e representantes das comunidades indígenas, tomando-se por base uma política previamente definida e delimitada com precisão, é a única forma de salvar o índio, como cultura e como pessoa detentora de direitos e garantias individuais.

#### COMISSÃO ESPECIAL - QUESTÃO INDÍGENA

(aa) FLORISVALDO FIER - Presidente

PAULO MAIA - Relator

CEZAR SILVESTRI - Membro

CLEITON KIELSE - Membro

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O Projeto de Resolução em exame, de autoria da Comissão Especial do Índio, tem por finalidade colher do douto Plenário desta Casa de Leis, a aprovação ao seu relatório final que averiguou a situação dos indígenas no Estado do Paraná.

Procedida a análise da matéria, nada encontramos que possa constitucional, legal ou regimentalmente obstar a sua tramitação processual legislativa, encontrando-se o relatório da Comissão Especial do

Índio, em perfeitas condições de merecer a apreciação do Plenário, cabendo a esta Comissão de Constituição e Justiça ressaltar o brilhante trabalho desempenhado pelos integrantes daquela Comissão Especial, que não se furtaram em apurar a real situação dos silvícolas do Estado do Paraná, na busca de soluções aos problemas enfrentados atualmente pelos índios.

Nestas condições esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela apreciação da matéria em Plenário.

É o parecer.

\* Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### "Ato da Comissão Executiva:

Ato da Comissão Executiva nº 238/93: A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições em tendo em vista necessidade de se atingir a isonomia salarial entre os Poderes do Estado, expressa nas Constituições Estadual e Federal, resolve:

1) A remuneração paga aos Srs. Deputados em maio de 1993 fica inalterada até dia 31 de julho de 1993;

2) A partir do dia 1º de agosto de 1993, a remuneração passará a ser reajustada pelos mesmos índices gerais concedidos aos servidores públicos estaduais, atendido o teto estabelecido pela Emenda Constitucional nº 1, de 31 de março de 1992. Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de junho de 1993. Deputado Orlando Pessuti, Presidente; Deputado Anibal Khury, 1º Secretário; Dirceu Manfrinato, 2º Secretário."

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 2459-0, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, com apoio dos Srs. Deputados Edson Silva Lino, Oswaldo Trevisan, Nereu Alves de Moura e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2459-D, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2459-B, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2459-C, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2466, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2459-E, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2459-F, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2459-G, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2459-H de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 2460, 2461 e 2461-A, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2467, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2413, de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - da Proposição n° 026/92 e dos Projetos de Lei n°s 257/92, 395, 018, 073, 176 e 185/93.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 018/91, 130, 174, 203, 222, 241, 249, 271, 294 e 297/93, e dos Projetos de Resolução n°s 010 e 011/93.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n° 164/93, e dos Projetos de Lei n°s 181, 256, 279, 320 e 321/93.

Curitiba, quinta, em 01.07.93

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS, EM SESSÃO DO DIA 01 DE JULHO DE 1993.

"Em defesa do comércio e da liberdade comercial"

Abrão José Melhem (\*)

Está havendo uma confusão entre liberdade e liberalidade. E, em função disso, o comércio, a indústria, os trabalhadores e os tesouros da União e dos Estados estão sendo roubados.

A atuação do comércio no esforço produtivo nacional tem sido inegável. Sua participação no Produto Interno Bruto brasileiro, como segmento, é majoritária e sua responsabilidade pelo número de postos de trabalho é decisiva na manutenção de oferta de empregos.

A liberdade de mercado é fator fundamental para a continuidade dessa presença do comércio no crescimento do País, mas não se pode confundir liberdade com concorrência ilegal e liberdade com favorecimento. Queremos nos referir, no primeiro caso, ao contrabando crescente de bens de consumo, notadamente eletrodomésticos e eletrônicos, que hoje concorre com a legítima atividade dos lojistas, a ponto de lhes sonegar, no Paraná, parcela superior a 20% das vendas, vale dizer, reduzir-lhe o faturamento, diminuir a oferta de emprego, encolher a arrecadação de impostos ao Estado e à União, além de afetar os níveis de produção do setor industrial, com igual reação negativa, em cadeia, no segmento de transformação. No segundo caso, temos em mente o sistema das importações de bens de consumo pelo correio, prática de abertura à qual não nos oporíamos, caso houvesse, por justiça, um tratamento tributário isonômico. Infelizmente, o favorecimento fiscal é absoluto, penalizando o comércio nacional e todos que a ele estão ligados social e economicamente.

A concorrência é a mais saudável forma de aprimoramento dos mercados e de ação sobre os preços. Não temos nenhuma dúvida sobre isso. Porém, a disputa com a atividade ilegal como o contrabando, é impossível, já que sobre esse não recaem quaisquer responsabilidades. Não paga tributos, não recolhe para a Previdência, não dá garantias ao consumidor, não gera empregos na produção e na comercialização. Agrega ganhos ao país de origem e perdas irreparáveis ao país de destino, é um ralo aberto no processo produtivo, por onde escoam parcela expressiva de riqueza nacional.

Essa concorrência danosa só pode ser estacada com a ação firme das autoridades, com a devida repressão a uma notória atividade marginal. As importações pelo correio não tem, obviamente, o caráter de marginalidade, mas, em termos econômicos e sociais, acabam, pelo seu favorecimento fiscal, gerando conseqüências muito próximas das do contrabando. São limitadas, não representam números pesados como os da atividade ilícita, porém mostram preocupante tendência de crescimento. Nesse caso, as autoridades, olhando para frente, precisam escolher entre o fortalecimento dos que pagam impostos, geram empregos e estimulam a produção nacional e os que subsistem à custa dos favores da renúncia fiscal ou da tributação subsidiada.

As mudanças políticas, sociais e econômicas desta última década do século XX, têm sido fantásticas. Seus efeitos se espalham por todos os tipos de atividades e permeiam sistemas e procedimentos. O Comércio não está imune a tudo isso e vive uma fase intensa de aprimoramento, criatividade e sofisticação em nível mundial. As vendas por telefones já chegaram, as por computador batem à porta, os consórcios se expandem e obrigam a todos os empresários do setor a voltarem suas vistas para as necessidades e direitos do consumidor. Esse tipo de concorrência, o lojista tradicional precisa enfrentar, preparando-se e unindo esforços para um bom resultado. É imperioso que o faça, pois trata-se de fato irreversível. Exige esforço, quebra de rotinas cristalizadas, espírito aberto e criativo. Mas é saudável e lícita. A atividade marginal e a favorecida, ao contrário, não representam liberdade comercial, porque nada podem os empresários, sozinhos contra elas. Cabe às autoridades a tarefa de fechar mais este ralo por onde, em últimas instâncias, desaparecem tributos e empregos. E cabe-nos como empresários, unidos em torno de nossas entidades de classe, exigirmos que isso seja feito.

(\*) Abrão José Melhem, Empresário, Advogado e Presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná.

#### Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 11.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvé-

rio e com a presença dos seguintes Deputados: Paulo Maia, Nelson Justus, Nelson Garcia, Toti Colaço, Colombino Grassano, Emilia Belinati, Luiz Antonio Setti e Oswaldo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando as atas das sessões anteriores, após colocá-las em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 212/93 da Procuradoria Geral do Estado. Parecer FAVORÁVEL na forma do Substitutivo Geral em apresentado pelo Deputado Nelson Garcia - APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 167/93 do Deputado Carlos Simões. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 3) Proposição Veto n° 20/93 do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n° 110/93 do Ministério Público. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 183/93 do Deputado Ernani Pudell. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 124/93 do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 182/93, da Deputada Emilia Belinati. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 150/93, do Deputado Heinz Herwig. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 33/93 do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 12.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Oswaldo Trevisan, Toti Colaço, Colombino Grassano, Paulo Maia, Nelson Garcia, João Iensen, Emilia Belinati, Antônio Costenaro Neto, Nelson Justus, Nilton Barbosa, José Arthur Ritti e Arlindo Troian. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão especial para a ouvida do Senhor Presidente do BANESTADO, Doutor Wallace Tadeu de Mello e Silva, a requerimento do Senhor Deputado Colombino Grassano que transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo. Após exposição de motivos, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 13.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala das Reuniões das Comissões desta Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados. Antônio Costenaro Neto, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Emilia Belinati, Luiz Antonio Setti, Oswaldo Trevisan, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Toti Colaço e Valdir Rossoni. Havendo número legal o Senhor Presidente dá por aberta esta sessão, aprovando as atas das sessões anteriores após colocá-las em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 220/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 231/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 211/93 do Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 165/93 do Deputado Dalton Machuca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 172/93 do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 230/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 247/93 do Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 31/93 do Deputado Carlos Simões. O Deputado Relator, Nelson Justus, requer diligências - Deferido; 9) Projeto de Lei n° 156/93 do Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 229/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 187/93 do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 153/93 da Deputada Emilia Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 235/93 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano; 14) Projeto de Lei n° 248/93 do Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 205/93 do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 21/93 do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 232/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL

do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 201/93 do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 207/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 234/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 238/93 do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 199/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 23) Projeto de Lei n° 200/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 24) Projeto de Lei n° 48/93 do Deputado José Arthur Ritti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 25) Projeto de Lei n° 411/92 do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 26) Projeto de Lei n° 149/93 do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 27) Projeto de Lei n° 127/93 do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 28) Projeto de Lei n° 225/93 do Deputado Orlando Pessuti. A Deputada Relatora, Emilia Belinati, requer diligência - DEFERIDO; 29) Projeto de Lei n° 210/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 30) Projeto de Lei n° 18/93 do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 31) Projeto de Lei n° 269/92 do Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 32) Projeto de Lei n° 257/92 dos Deputados Ovídio Constantino, Lygia Pupatto e Dr. Rosinha. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 33) Projeto de Lei n° 203/93 do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 34) Projeto de Lei n° 349/92 do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 35) Projeto de Lei n° 197/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 36) Projeto de Lei n° 198/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 37) Projeto de Lei n° 217/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO; 38) Projeto de Lei n° 228/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO; 39) Projeto de Lei n° 158/93 do Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 40) Projeto de Lei n° 113/91 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputa-



do Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 218/93 do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Relator, Antônio Costenaro Neto, requer diligência - DEFERIDO; 42) Projeto de Lei nº 237/93 do Deputado Edson Lino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO. 43) Projeto de Lei nº 21/93, que fixa vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, do cargo de Auditor e de Procurador Junto ao mesmo Tribunal. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 223/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 236/93 do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 14.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Mário Bezerra, Valdir Rossoni, Nelson Garcia, Luiz Antonio Setti, Paulo Maia, Arlindo Troian, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan, Nilton Barbosa. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 112/91 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 84/92 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 230/92, do Deputado João Iensen. Parecer CONTRÁRIO da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 395/92, do Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Toti Colaço - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 73/93 do Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 97/93 do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 114/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 119/93 do Deputado Nilton Barbo-

sa. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 123/93 do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 169/93 do Deputado Antonio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL na forma do Substitutivo em anexo do Deputado Arlindo Troian - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 176/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Nilton Barbosa; APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 177/93 do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 185/93 do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado João Iensen - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 191/93 do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 202/92 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 204/93 do Deputado Eurides Moura. O Deputado Relator, João Iensen, requer diligência - DEFERIDO; 17) Projeto de Lei nº 208/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 209/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 213/93 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 214/93 do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 216/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 222/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 224/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 227/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 233/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO, prevalecendo este sobre o Projeto de Lei nº 129/93 do Deputado Toti Colaço, arquivando-o; 26) Projeto de Lei nº 235/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 239/93 do Deputado Djalma de Almeida Cesar. O Deputado Relator, Nilton Barbosa, requer diligência - DEFERIDO; 28) Projeto de Lei nº 242/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 244/93 do Deputado Luiz Antonio Setti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APRO-

VADO; 30) Projeto de Lei n° 245/93 do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 31) Projeto de Lei n° 246/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 32) Projeto de Lei n° 250/93 dos Deputados Dr. Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 33) Projeto de Lei n° 251/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 34) Projeto de Lei n° 252/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 35) Projeto de Lei n° 253/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 36) Projeto de Lei n° 254/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 37) Projeto de Lei n° 255/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 38) Projeto de Lei n° 257/93 do Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 39) Projeto de Lei n° 258/93 do Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 40) Projeto de Lei n° 259/93 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 41) Projeto de Lei n° 261/93 do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 42) Projeto de Lei n° 262/93 do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 43) Projeto de Lei n° 263/93, do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 44) Projeto de Lei n° 266/93 do Deputado Luiz Antonio Setti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 45) Projeto de Lei n° 267/93 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Deputado Namir Piacentini. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expedien-

Curitiba, quinta, em 01.07.93

te passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 150/93, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig. Relator Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei n° 175/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei n° 183/93 de autoria do Deputado Ernani Pudell. Relator Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Richard Ruppel Sotó Maior, Secretário da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
RICHARD R. SOTTO MAIOR - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações, sob a presidência do Deputado Namir Piacentini. Havendo o número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 259/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a proceder estudos e projetos de pontes internacionais. Relator: Deputado Luiz Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei n° 223/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que denomina "Nestor Ananias da Cruz" o trecho da rodovia Jaquapitã Guaraci. Relator Deputado Heinz Georg Herwig. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei n° 172/93 de autoria do Deputado Plauto Miró, que estabelece a obrigatoriedade da construção de passarelas para pedestres no perímetro urbano das rodovias estaduais e dá outras providências. Relator: Deputado Heinz Georg Herwig. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Ruppel Sotó Maior, Secretário da Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

NAMIR PIACENTINI - Presidente  
RICHARD RUPPEL SOTTO MAIOR - Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e três, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Algaci Túlio e contando com as presenças dos Deputados Arlindo Troian, Domingos Carvalho, Elio Lino Rusch e Mário Bezerra. Não havendo expediente a ser lido, passou-se a Ordem do Dia: 01) - Projeto de Lei n° 257/92, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Lygia Pupatto e Dr. Rosinha. Relator: Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei 350/92, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 395/92, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 422/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 423/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan. Relator: Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei 007/93, de autoria do Deputado do Anibal Khury. Relator: Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 046/93 de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 058/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri e outros. Relator: Deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 09) Projeto de Lei n° 073/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Relator: Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 077/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Relator: Deputado João Preis. Pedido de vistas pelo Deputado Elio Lino Rusch. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou

os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Gisele Pacheco, Secretária da Comissão.

(a) ALGACI TÚLIO - Presidente  
GISELE PACHECO - Secretária

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lido e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 393/92, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell. Relator: Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei n° 13/93, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator a ser designado pelo Presidente. Discussão adiada. Projeto de Lei n° 132/93, de autoria do Deputado José Arthur Ritti. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer CONTRÁRIO. APROVADO. Projeto de Lei n° 163/93, de autoria do Deputado Eurides Moura. Relator: Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei n° 185/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Gisele Pacheco Secretária da Comissão.

ALGACI TÚLIO - Presidente.  
GISELE PACHECO - Secretária